

Censura e imprensa: o “déficit” de autonomia interpretativa do jornalista (1964-1978)

Marcio Castilho (ECO/UFRJ)

Resumo

O controle governamental exercido através de instrumentos de coerção e intimidação, dentre eles a censura prévia e a autocensura, interferiu significativamente na produção jornalística durante a ditadura. O impacto dos mecanismos de vigilância fornece um vasto repertório de questões sobre as relações entre a imprensa e o Estado. No presente artigo, examinamos uma das dimensões desse debate: verificar se esse momento histórico representou um “déficit” de autonomia interpretativa do produtor de notícias no plano político, enfraquecendo uma dada identidade baseada no papel do jornalista como fiscalizador do poder. Para verificar essas questões, examinamos as reportagens vencedoras do Prêmio Esso de Jornalismo, o mais tradicional da imprensa brasileira, entre 1964 e 1978. Ao considerarmos que as identidades são organizadas dentro de um processo permanente de intercâmbios sociais, estabelecendo relações de poder, buscamos identificar outros valores em torno dos quais os jornalistas negociaram sentidos sobre sua profissão.

Palavras-chave: Identidade, imprensa, memória, poder.

Abstract

The government control exercised through instruments of coercion and intimidation, among them the censorship and self-censorship, interfered significantly in the journalistic production during dictatorship. The impact of surveillance mechanisms provides a broad repertoire of questions about the relationship between the press and the state. In this article, we examine one dimension of this debate: to verify if this historical moment represented an autonomy interpretative deficit of the news producer at the political sphere, weakening a specific identity based on the role of journalist as a careful watcher of the established power. To check these issues, we examined the winning reports of Esso Journalism Award, the most traditional prize of the Brazilian press, between 1964 and 1978. Assuming that the identities are organized into a permanent process of social exchanges, establishing power relations, we seek to identify other values around which the journalists have negotiated meanings about their profession.

Keywords: Identity, press, memory, power.

1. A identidade jornalística

Uma rápida revisão bibliográfica sobre os estudos de identidade jornalística mostra que, desde o início do século XX, sobressai a ideia da imprensa como instrumento fiscalizador dos poderes públicos. Essa autoimagem construída sobre a profissão, que constitui uma marca de autoridade do campo jornalístico, pode ser encontrada nos artigos do *Jornal do Brasil*, alguns anos após a Proclamação da República. É o que demonstra Barbosa (2000) em sua pesquisa sobre as relações entre a imprensa, o poder e o público¹. Em 15 de novembro de 1900, o editorial publicado pelo periódico destaca esse papel denunciador que deveriam assumir os jornais. Essa postura combativa em que o diário se autoatribuía o papel de atuar

como “olhos e ouvidos da sociedade”, pelo menos no nível retórico, não se restringia ao *Jornal do Brasil*. Informar para formar opiniões era a palavra de ordem:

“Por não termos aspirações políticas podemos agir livremente, como jornalistas, censurando o abuso das autoridades, advogando a causa dos fracos, batendo-se sempre pelas garantias constitucionais, atacando veementemente o Poder, sempre que ele exorbita de suas atribuições”. (*Jornal do Brasil*, 15/11/1900, p. 1)

Depois foram atribuídas diferentes visões sobre a atuação do jornalista, que estão relacionadas diretamente com a conjuntura política e social em que ele esteve inserido ao longo do século XX. A noção de que o repórter está invariavelmente comprometido com a verdade, não se subordinando a nenhum outro interesse que não seja o público, forneceu historicamente as condições de aceitabilidade do discurso jornalístico. A “missão social” permaneceu como marca distintiva da imprensa, ainda que, na prática, ela atuasse como porta-voz de grupos políticos em razão das especificidades do contexto jornalístico brasileiro e seus vínculos com o poder.

Em períodos democráticos, os debates políticos sempre foram um dos principais elementos de identificação dos órgãos noticiosos com os seus públicos. As controvérsias suscitadas nos anos 1950 por Samuel Wainer, pela *Última Hora*, e Carlos Lacerda, pela *Tribuna da Imprensa*, demonstram o grau de influência dos jornais em decisões políticas.

Ainda era possível perceber o papel dos jornais como formadores de opinião no contexto do movimento de 31 de março/1º de abril de 1964. A imprensa assumiu naquele momento a função de porta-voz legítimo da população com o poder de definir os rumos políticos do país. Os jornalistas participavam como atores políticos privilegiados na defesa do interesse coletivo, mais do que qualquer outra instituição (BARBOSA, 2007). Os jornais, de um modo geral, saíram em defesa da “Revolução de 1964”.

Essa postura ficou bem evidenciada nos editoriais publicados nos dias que antecederam ao golpe. O *Estado de S. Paulo* exigiu uma resposta do Exército diante das reformas e do clima de convulsão social. Com a instauração da ditadura militar, o diário publicou, em 02/04/1964, a manchete “Democratas dominam toda a nação”, anunciando também que a “vitória” repercutia no exterior.

A *Última Hora*, de Samuel Wainer, foi um dos poucos veículos da grande imprensa que dava sustentação ao governo de João Goulart. Outros periódicos defenderam entusiasticamente a intervenção militar, como foi o caso do *Correio da Manhã*. Em editoriais publicados em 31 de março e 1º de abril de 1964, intitulados, respectivamente, “Basta!” e “Fora!”, o jornal explicitava a sua opção pelo movimento golpista e exigia a derrubada de Jango. No dia 1º de abril, escreve: “A nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart senão entregar o governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma saída a dizer ao Sr. João Goulart: saia!”.

Gradualmente, a polêmica e o traço opinativo se afastaram das páginas dos jornais. Esse processo se acentuou com o recrudescimento da censura após a edição do AI-5, em dezembro de 1968. Em razão de uma série de arbitrariedades, incluindo perseguições a jornalistas, invasões de redação, apreensão de exemplares, prisões e torturas, a “imprensa deixou de representar, política e ideologicamente, o conjunto dos seus leitores” (HONS, 1982, p. 82).

Como reivindicar o papel de fiscalizador do poder público se o trabalho jornalístico passa a ser mediado por mecanismos de repressão? O protagonismo assumido pelos produtores de notícias como intermediários entre o acontecimento político e o público torna-se incompatível com a realidade do pós-1968, a exemplo do que ocorrera durante a vigência do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) no governo Vargas. Como consequência do sistema autoritário, a perda do matiz político e ideológico rompe com o discurso denunciador da imprensa, autoimagem que vinha sendo construída desde o início do século XX, à exceção do período do Estado Novo, como modo de legitimação da sua atuação na sociedade.

Algumas estratégias isoladas de jornais e revistas buscaram chamar a atenção para a falta de debate político numa tentativa de estabelecer pontos de aproximação com seus leitores. O *Estado de S. Paulo* passou a publicar poemas de Luiz de Camões em substituição ao material vetado pela censura. O mesmo ocorreu com as receitas culinárias do *Jornal da Tarde*. Poderíamos citar ainda as opções pelas tarjas negras (*Tribuna da Imprensa*) e as ilustrações com figuras demoníacas (*Vêja*).

No dia seguinte ao AI-5, o *Jornal do Brasil* também publicou uma edição que se tornaria um emblema mítico da resistência da imprensa diante do regime militar: na primeira página, anuncia no canto superior direito “Ontem foi o dia dos cegos”, numa alusão aos tempos difíceis em que entrava o país; no canto superior esquerdo,

o famoso quadro sobre a previsão do tempo, denunciando metaforicamente as turbulências políticasⁱⁱ.

Por força do contexto político, a polêmica e a opinião ficavam restritas a algumas estratégias isoladas de jornais e revistas e tais códigos nem sempre eram compartilhados pelos leitores. Na mesma edição, o *Jornal do Brasil* foi impedido de fomentar a discussão política sobre as consequências do AI-5 no noticiário e nas suas páginas de opinião. A página 6 era reservada normalmente para publicação de dois ou três editoriais, além de artigos de opinião. Os textos opinativos foram redigidos na noite de 13/12/1968, mas vetados pela censura. Em seu lugar, uma grande foto vertical ocupou o espaço do editorial. Nela, um campeão mundial de judô era derrubado por seu filho. A imagem da brincadeira doméstica foi também uma alternativa que o diário encontrou para traduzir, por metáforas, o violento golpe à democracia representado pelo AI-5.

Reproduzimos a seguir trechos inéditos de um dos editoriais “A aparição”, que não chegou a ser publicado na edição de 14/12/1968:

“A noite tenebrosa desceu sobre o Brasil. A vitaliciedade e a inamovibilidade dos juízes foram expurgadas, a autonomia dos Estados da Federação desapareceu, o instituto do habeas-corpus, nosso vínculo com a civilização jurídica, acabou de um golpe, que autoriza o Governo, a seu talante, decretar o estado de sítio e prorrogá-lo sem prestar contas a ninguém.

(...) Se alguém ou alguma coisa trabalhava contra a consecução do ideal revolucionário de 64, é inútil buscar fora deste governo os responsáveis, que estão do lado de dentro. A perda da continuidade, a falta de rumo, o despreparo, a ausência de convicção, o desamor pelo compromisso democrático, frustraram os resultados que já se prenunciavam. Quem devia bater no peito, em confissão de culpa, lança-se em agressão contra oitenta milhões, usurpados em seus direitos e liberdades devolvidos pela Constituição de 67.

(...) A todos eles o povo, com procuração da História, cobrará responsabilidades, tão logo o direito se restaure e a lei se sobreponha ao arbítrio que já traz ao nascer os germes da morte”

2. O apagamento do debate político a partir da análise do Prêmio Esso

Para construir um corpus o mais representativo possível dos objetivos da pesquisa, que consiste em verificar a questão da identidade profissional do jornalista entre 1964 e 1978, optamos por delimitar nossa análise aos temas (unidades temáticas) e subtemas apresentados pelos trabalhos vencedores do programa da Esso. Em razão da abrangência das premiações, foi feita a análise apenas das matérias vencedoras na categoria principal – o Prêmio Esso de Jornalismo.

Dividimos as 15 matérias vencedoras entre 1964 e 1978 em quatro grandes unidades temáticas: questões sociais, política nacional, política internacional e esportes. Após a leitura, análise e classificação de cada matéria, essas unidades foram subdivididas em subtemas para atingir um nível de detalhamento maior. A tabela a seguir apresenta um resumo dos trabalhos jornalísticos, órgãos de imprensa e profissionais vencedores no período.

TABELA 1

ANO	JORNAIS	MATÉRIAS	REPÓRTER	UNIDADE TEMÁTICA
1964	<i>Jornal do Brasil</i>	“Cem dias na Amazônia de ninguém”	Walter Firmo	Questões sociais
1965	<i>Fatos e Fotos</i>	“Os filhos proibidos”	José Itamar de Freitas	Questões sociais
1966	<i>Realidade</i>	“Brasileiros, go home”	Luiz Fernando Mercadante	Política internacional
1967	<i>Jornal do Brasil</i>	“O futebol brasileiro: o longo caminho da fome à fama”	João Máximo	Esporte
1968	<i>O Estado de São Paulo</i>	“Juiz, ladrão e herói”	Vital Battaglia e Hedyl Valle Jr.	Esporte
1969	<i>Última Hora (RJ)</i>	“Psicanálise: remédio ou vício”	Luís Edgar de Andrade	Questões sociais
1970	<i>O Globo</i>	“113 dias de angústia – impedimento e morte de um presidente”	Carlos Chagas	Política nacional
1971	<i>Jornal da Tarde</i>	“Receita para São Paulo”	José Maria Mayrink e Ricardo Gontijo	Questões sociais
1972	<i>Realidade</i>	“Edição especial sobre a Amazônia”	Equipe	Questões sociais
1973	<i>O Estado de São Paulo</i>	“Expedição de contactação dos índios Kranhacarore”	José Marqueiz	Questões sociais
1974	<i>Jornal do Brasil</i>	“Volta ao ponto de partida”	Humberto Borges	Política internacional
1975	<i>Jornal do Brasil</i>	“As drogas”	Juarez Bahia	Questões sociais
1976	<i>O Estado de São Paulo</i>	“Assim vivem os nossos superfuncionários”	Equipe	Política nacional
1977	<i>Veja</i>	“O assassinato de Cláudia Lessin”	Valério Meinel e Amicucci Gallo	Questões sociais
1978	<i>Folha de S. Paulo</i>	“Exclusivo: fala Figueiredo”	Getúlio Bittencourt e Haroldo C. Lima	Política nacional

Fonte: Prêmio Esso (1964-1978)

Num período marcado pelo fortalecimento dos órgãos de repressão política e maior rigor da censura com a edição do Ato Institucional nº 5 (1968), apenas três

reportagens identificadas mais diretamente com a temática política foram contempladas com o Prêmio Esso de Jornalismo em 15 edições do prêmio: “113 dias de angústia – impedimento e morte de um presidente”, do jornal *O Globo*, premiada em 1970, sobre o presidente Costa e Silva; “Assim vivem os nossos superfuncionários”, de *O Estado de S. Paulo*, em 1976; e “Exclusivo: fala Figueiredo”, publicada pela *Folha de S. Paulo*, vencedora do prêmio em 1978. A baixa representatividade de reportagens políticas diz respeito a uma problemática temporal (censura) que teve impacto no campo jornalístico de uma forma geral.

A unidade temática “Questões sociais” tem um predomínio em relação aos demais assuntos no período 1964-1978. Três matérias foram consagradas tendo como enfoque as condições de vida e de trabalho: “Cem dias na Amazônia de ninguém”, do *Jornal do Brasil*, premiada em 1964; “Receita para São Paulo”, do *Jornal da Tarde*, em 1971; e “Edição especial sobre a Amazônia”, publicada pela revista *Realidade*, vencedora do prêmio em 1972. Outros dois trabalhos jornalísticos abordam mudanças de comportamento na sociedade nos anos 1960: “Os filhos proibidos”, matéria da revista *Fatos e Fotos* sobre o uso de anticoncepcionais, ganhadora em 1965, e “Psicanálise: remédio ou vício”, da *Última Hora* (RJ), que conquistou o prêmio em 1969. Em duas edições, o tradicional concurso também elegeu reportagens que tratavam de um problema que ganhava força na sociedade nos anos 1970: o universo das drogas e suas implicações. Em 1975 e 1977, os jurados reconheceram, respectivamente, as matérias “As drogas”, do *Jornal do Brasil*, e “O assassinato de Cláudia Lessin”, da revista *Veja*. Publicada pelo *O Estado de S. Paulo*, a matéria “Expedição de contactação dos índios Kranhacarore”, contemplada em 1973, foi a única abordando a temática indígena a sair vencedora na categoria principal em toda a história do prêmio.

Na unidade “Política internacional”, *Realidade* recebeu em 1966 o Prêmio Esso de Reportagem, o segundo mais importante na hierarquia do concurso, pela matéria “Brasileiros, go home”. O trabalho tratava da participação dos militares brasileiros na Força Interamericana de Paz (FIP) na República Dominicana, que atravessava uma guerra civil. Naquele ano, não houve matéria selecionada na categoria principal. Outro trabalho jornalístico consagrado na temática sobre o contexto internacional foi “Volta ao ponto de partida”, do *Jornal do Brasil*, vencedor em 1974. A reportagem procurou mostrar as peculiaridades e o cenário político,

econômico e social em Cuba, adversário no plano ideológico do governo militar brasileiro, alinhado que estava com a política internacional dos Estados Unidos.

Em razão do controle do Estado sobre os órgãos informativos, a imprensa passou a preencher suas páginas com matérias sobre assuntos sem vinculação diretamente política. O resultado do Prêmio Esso refletiu também o momento de efervescência política e aumento das tensões sociais por conta do fechamento do regime militar. Às vésperas da edição do AI-5, duas reportagens sobre futebol foram premiadas no concurso: “Futebol brasileiro: o longo caminho da fome à fama”, do *Jornal do Brasil*, vencedora em 1967, e “Juiz, ladrão e herói”, publicada pelo *O Estado de S. Paulo*, que conquistou a premiação na categoria principal em 1968.

A tabela 2 resume as quantificações e o peso das respectivas unidades no concurso jornalístico, da instauração da ditadura militar, passando pelo recrudescimento da censura e da repressão política, até o período de descompressão política do regime:

TABELA 2

UNIDADE TEMÁTICA	NÚMERO DE MATÉRIAS	%
Política nacional	3	20
Questões sociais	8	53,33
Política internacional	2	13,33
Esportes	2	13,33
Total	15	100

Fonte: Prêmio Esso (1964-1978)

Um dos aspectos levantados na pesquisa foi, portanto, a baixa representatividade de matérias políticas premiadas na categoria principal entre 1964 e 1978. Luiz Orlando Carneiro, membro da comissão julgadora em três edições (1971, 1974 e 1975), explica, em depoimento na edição comemorativa dos 25 anos do Prêmio Esso (1980), que era “inevitável que as matérias mais importantes dos grandes jornais tratassem de aprofundar questões relevantes, mas aparentemente não censuráveis, como a qualidade de vida nos centros urbanos ou a problemática da preservação dos ecossistemas” (idem, p. 101).

Nesse contexto, a divisão das editorias no noticiário sofre reformulações: matérias políticas passam a ocupar menos espaço e são deslocadas para páginas consideradas menos nobres dos jornais. Devido a essa reorientação editorial, repórteres dessa seção começam a cobrir assuntos da cidade. O período marca ainda

o fortalecimento do jornalismo econômico, embalado pelo discurso de prosperidade do governoⁱⁱⁱ.

3. Outras representações

No cenário em que a atuação da imprensa esteve mediada pelo controle do Estado, outros padrões de ação foram colocados em prática para legitimação da atuação desses profissionais. Nesse sentido, quais foram as representações em torno das quais os jornalistas negociaram sentidos sobre sua profissão para compensar a perda do seu poder interpretativo no plano político?

É interessante observar que algumas matérias premiadas, apesar de não terem sido enquadradas na unidade temática “Política nacional”, apresentavam algumas questões sensíveis para os militares. É o caso da série “Cem dias na Amazônia de ninguém”, do *Jornal do Brasil*, premiada em 1964, e da edição especial sobre a Amazônia, da revista *Realidade*, que conquistou o prêmio em 1972. No primeiro exemplo, o repórter fotográfico Walter Firmo não adotou um discurso denunciador, mas procurou apresentar alguns problemas que faziam parte do dia a dia dos habitantes da região, como a fome, a malária, a falta de assistência médica, o desemprego e o analfabetismo. Do mesmo modo, a equipe de *Realidade* tratou das condições de vida dos ribeirinhos, incluindo a questão da degradação do meio ambiente, as doenças típicas do subdesenvolvimento, a falta de vigilância nas fronteiras, a ocupação desordenada do solo e a exploração ilegal das riquezas minerais.

Podemos citar também a reportagem “Expedição de contactação dos índios kranhacarore”, de *O Estado de S. Paulo*. A série escrita por José Marqueiz, vencedora do concurso em 1973, apresentou críticas à política indigenista brasileira e ao processo de esvaziamento da Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão do Governo. A série também apresentou a visão de antropólogos e etnógrafos sobre projetos de desenvolvimento do governo Federal que desconsideravam o impacto ambiental e os riscos da ocupação desordenada na Amazônia.

Outro exemplo é “Futebol brasileiro: o longo caminho da fome à fama”, produzida pelo jornalista João Máximo, do *Jornal do Brasil*. O trabalho de Máximo, consagrado no Prêmio Esso de 1967, apontou as dificuldades de jovens jogadores pobres que, acometidos por doenças provocadas pela desnutrição, eram obrigados a

interromper a carreira no futebol. Sobre a reportagem do *JB*, o jornalista Zevi Ghivelder, julgador do concurso nas edições de 1972 e 1973, afirma:

“Na vida, se você não se ocupar da política, a política se ocupa de você. Realmente a matéria sobre o futebol tem um cunho social forte e por isso passa a ter uma importância política. Cada caso é um caso. Diversas matérias acabaram tendo um cunho político, mas não, digamos, no sentido da denúncia, da reivindicação, e sim de constatação, retratando o que estava acontecendo no país”^{vi}.

Alberto Dines tem uma opinião bem diferente a esse respeito, apontando o caráter historicamente elitista da imprensa nacional.

“O jornalismo brasileiro ainda não tinha chegado plenamente a esse estágio de consciência social. Não saía da redação para subir a favela, porque a favela não era um problema social. A matéria sobre o futebol era uma constatação sobre o caminho do futebol de várzea até a fama, mas não teve impacto político. Foi uma grande matéria e ponto”^{vii}.

Entre as visões antagônicas apresentadas pelas fontes entrevistadas, queremos demonstrar que algumas reportagens premiadas na área social e esportiva, sem utilizarem um discurso denunciador ou fiscalizador do poder público, expressavam sim determinados aspectos da realidade brasileira, mas em outras instâncias não nitidamente políticas. Através de temáticas aparentemente não censuráveis, os jornalistas encontravam espaço para discutir o país. Idealizador do Prêmio Esso nos anos 1950, Ney Peixoto compara a atuação de jornalistas no período com a de compositores da MPB. “Chico Buarque, Caetano Veloso e outros usaram a criatividade e temas aparentemente inocentes para sobreviverem musicalmente durante o regime militar. O jornalista fez o mesmo, escrevendo sobre temas mais amenos e o Prêmio Esso seguiu essa tendência”^{viii}.

A abordagem sobre temas “amenos”, utilizando a expressão de Ney Peixoto, não deve ser interpretada, contudo, como um ato propriamente político ou de resistência por parte do campo jornalístico. Eram trabalhos pontuais movidos por outras questões que estavam na agenda jornalística de acordo com o momento histórico vivido. As reportagens sobre a Amazônia, de *Realidade*, por exemplo, não partiram de uma escolha premeditada da revista pela possibilidade que o assunto oferecia para veiculação de denúncias de contestação contra o regime. A ocupação da Amazônia, no início dos anos 1970, era considerada um dos projetos prioritários do governo Médici, pois ajudaria a combater o excesso de população no Nordeste e

assegurar a soberania nacional. Uma série de projetos de infraestrutura anunciados para a região já também justificava, dentro dos critérios de noticiabilidade compartilhados por jornais e revistas, a realização de matérias sobre o tema.

Das três reportagens enquadradas na unidade temática “Política nacional”, a série de *O Globo* sobre o afastamento e morte do marechal Costa e Silva, premiada em 1970, tem a peculiaridade de mostrar como os jornais exerceram papel ambíguo em sua relação com o Estado, ora se aproximando dos militares, ora assumindo uma postura de maior resistência. Titular da Secretaria de Imprensa da Presidência da República no governo Costa e Silva, Carlos Chagas produziu um trabalho em que valoriza a biografia do seu assessorado, afastado do governo por problemas de saúde. Concomitantemente ao processo de idealização do presidente, ele adotou um discurso crítico em relação aos personagens antagonistas na trama, no caso os ministros militares que compunham a Junta Militar e conduziram o presidente Médici ao poder. A série abordou diretamente a questão da censura, o mais áspero dos assuntos normalmente interditados pelos órgãos de informação. Curioso observar que as matérias foram publicadas no jornal *O Globo*, veículo de perfil conservador e alinhado historicamente com o regime militar, justamente no período de maior repressão aos órgãos informativos, entre janeiro e fevereiro de 1970.

Decorre daí a dificuldade de estabelecer certas generalizações, tais como fixar o lugar dos órgãos de imprensa em dois grupos isoladamente: entre aqueles que resistiram e os que invariavelmente colaboraram com a ditadura. O extenso trabalho do jornalista de *O Globo* revela a possibilidade de inversão desses papéis, de acordo com as relações de força estabelecidas num determinado momento histórico. O exame dessas questões demonstra que o jornalismo brasileiro é muito heterogêneo em torno do seu papel funcional e ideológico. Compartilhamos a ideia de pensar a imprensa fora dessas dicotomias. O mesmo raciocínio vale para a análise do Prêmio Esso.

4. Conclusão

A análise dos 15 trabalhos enquadrados em unidades temáticas e a visão das fontes consultadas sobre o contexto adverso de repressão corroboram a ideia de um “déficit” de autoridade jornalística no plano político. Isso não significa dizer que houve um processo por completo de despolitização dos profissionais de imprensa,

visto que a questão ideológica estava presente nos anos 1960 e 1970 e o Estado como “inimigo” ainda animava um espírito contestador dentro das redações. Não podemos desconsiderar, contudo, que os instrumentos de controle da produção noticiosa limitaram e causaram prejuízos à autonomia do jornalista durante a ditadura. É nesse sentido que utilizamos a expressão “déficit” do poder interpretativo deste profissional, ou seja, um apagamento, um enfraquecimento de uma dada identidade baseada no papel do profissional como “cão de guarda” da sociedade ou fiscalizador do poder público.

Historicamente, a despeito da vinculação dos meios de comunicação com grupos políticos, não transigir na defesa do interesse público tende a assegurar as condições de aceitabilidade do discurso jornalístico. Durante a ditadura militar, o efeito retórico de autonomia perdia força na mesma proporção que recrudescia o aparato repressivo de controle estatal sobre o que podia ou não podia ser publicado nos jornais.

Se a realidade do jornalismo brasileiro se desvinculava durante os “anos de chumbo” de uma identidade baseada no seu papel de fiscalizador do poder público, a análise qualitativa das matérias premiadas revela que as relações entre imprensa e Estado autoritário são mais complexas. Ao detalharmos os subtemas entre 1964-1978, foi possível observar como o diálogo entre o campo político e o campo jornalístico apresenta outras nuances e possibilidades de reflexão. Deparamo-nos com outras perspectivas, até porque não estamos considerando aqui os jornalistas como um bloco uniforme, estático. O que existem são múltiplas identidades. O propósito foi complementar, através da análise do Prêmio Esso, os estudos de identidade jornalística a partir da fluida relação entre imprensa e Estado autoritário brasileiro.

Marcio Castilho (ECO/UFRJ) é doutor em Comunicação e Cultura (ECO/UFRJ), professor da Universidade Federal Fluminense e jornalista da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Notas

ⁱ A pesquisadora analisou o *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias*, *O Paiz* e *Jornal do Commercio*, destacando as mudanças por que passavam os diários e o novo papel que esses veículos assumiram na sociedade entre 1880 e 1920.

ⁱⁱ O quadro meteorológico informava: “Nuvens negras ameaçam o país. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máxima: 38° em Brasília. Mínima: 3° nas Laranjeiras” (*Jornal do Brasil*, 14/12/1968).

ⁱⁱⁱ No início dos anos 1970, o país vivia um momento de euforia econômica, com um crescimento em torno de 10% ao ano, o que contribuía para tirar o foco da população dos principais acontecimentos políticos da época. Com a alta do poder aquisitivo, a classe média ingressava na sociedade de consumo, adquirindo novos bens.

^{iv} Entrevista concedida ao autor em 07/10/2009 no Rio de Janeiro.

^v Entrevista concedida ao autor em 20/10/2009 no Rio de Janeiro.

^{vi} Entrevista concedida ao autor por e-mail em 13/11/2009.

Entrevistas realizadas

Alberto Dines (20/10/2009)

Ney Peixoto (13/11/2009)

Zevi Ghivelder (07/10/2009)

Bibliografia

BARBOSA, Marialva. Os donos do Rio. Imprensa, Poder e Público (1880-1920). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

_____. História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

HONS, André Séguin des. Os diários do Rio de Janeiro: 1945-82. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, IFCS/UFRJ, 1982.

LUZ, Olavo e BORGES, Manoel (org.). 25 anos de imprensa no Brasil – Prêmio Esso de Jornalismo. 1980.